

INALAR OS OLHOS PARA DESACOSTUMAR O OLHAR: O QUE TRANS-BORDA NOS INDESEJÁVEIS DA CIDADE?¹

■ MARINA LUIZA PEREIRA GUIMARÃES

 <https://orcid.org/0000-0002-5769-1418>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

■ MARIA TERESA NOBRE

 <https://orcid.org/0000-0002-5085-4296>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo a apresentação de alguns encontros com os indesejáveis da cidade, a partir de experiências etnográficas nas cidades de Boa Vista-Roraima e de Natal-Rio Grande do Norte. Apresentamos os dispositivos que tornam essas vidas indesejáveis nos contornos da cidade, percorrendo a noção de vidas precárias, de Judith Butler. No norte do país, inalamos a cidade com as infâncias de uma feira livre e das Terras Indígenas Yanomami. Em Natal, através da população em situação de rua, em atos de enfrentamentos ao poder público e em suas vidas descartáveis. Narramos esses encontros urbanos com a intenção de lhes elencar visibilidades, inseri-los no discurso, fazendo da rememoração e da narração, conforme delineadas por Walter Benjamin, um recurso ético-político pertinente à construção de um presente mais tolerável.

Palavras-chave: Cidade. Precariedade. Narrativas. Resistências.

ABSTRACT

INHALING EYES TO UNACCUSTOM OUR LOOK: WHAT OVER-FLOWS IN UNDESIRABLE IN THE CITY?

This article aims to present some encounters with undesirables in the city, based on ethnographic experiences in the cities of Boa Vista-Roraima and Natal-Rio Grande do Norte. We present the devices that make these lives undesirable within the city limits, covering the notion of precarious lives, by Judith Butler. In the North, we inhale the city with the childhood of an open street market and the Yanomami

¹ As cenas da cidade de Boa Vista-Roraima integram a pesquisa de doutorado da primeira autora, que acompanha as discursividades sobre feiras livres na psicologia brasileira e tem como experimentação de campo feiras não somente em Boa Vista, mas também na cidade de Natal-Rio Grande do Norte.

Indigenous Lands. In Natal, through homeless population, in acts of confrontation with public authorities and in their disposable lives. We narrate these urban encounters with the intention of listing their visibilities, inserting them into the discourse, making remembrance and narration, as thought by Walter Benjamin, an ethical-political resource pertinent to the construction of a more tolerable present.

Keywords: City. Precariousness. Narratives. Resistances.

RESUMEN

INHALAR OJOS PARA DESACOSTUMBRAR LA MIRADA: ¿QUÉ DES-BORDA EN LOS INDESEABLES DE LA CIUDAD?

Este artículo tiene como objetivo presentar algunos encuentros con los indeseables de la ciudad, a partir de experiencias etnográficas en las ciudades de Boa Vista-Roraima y Natal-Rio Grande do Norte. Presentamos los dispositivos que hacen indeseables estas vidas dentro de los límites de la ciudad, abarcando la noción de vidas precarias, de Judith Butler. En el norte del país, inhalamos la ciudad con la infancia de una feria libre y las Tierras Indígenas Yanomami. En Natal, a través de la población sin hogar, en actos de enfrentamiento con las autoridades públicas y en su vida desechable. Narramos estos encuentros urbanos con la intención de enumerar sus visibilidades, insertarlas en el discurso, haciendo de la memoria y la narración, como lo plantea Walter Benjamin, un recurso ético-político pertinente para la construcción de un presente más tolerable.

Palabras clave: Ciudad. Precariedad. Narrativas. Resistencia.

Desacostumando o olhar

Patrício Gusmán - cineasta chileno radicado na França desde que foi exilado do Chile no fim dos anos 1970 -, em “O botão de Nácar”², mostra os indígenas da Patagonia que perderam suas terras e foram massacrados violentamente, até a quase extinção. A fotografia do filme, de Katell Djian, exhibe os olhos e os olhares profundos e misteriosos de mulheres e

homens, crianças e idosos que transbordam a dor da perda de suas aldeias, sua cultura, seus antepassados, sua vida. Olhos cheios de água. De uma água salgada e profunda, que (não) contém o silêncio e o grito.

Seguindo a trilha do documentário, atualizando no presente esse passado trágico dos povos latino-americanos, Gusmán narra o cruel desaparecimento feito pelo governo Pinochet dos opositores à ditadura militar implantada no Chile. Corpos “cuidadosamente” preparados para serem lançados ao mar, mortos após terem sido barbaramente torturados, amarrados em barras de ferro para que não retornassem

² *El botón de Nácar*: o documentário percorre a costa chilena, em sua paisagem sobrenatural de vulcões e montanhas, que abarcam as vozes dos indígenas da Patagônia, dos primeiros marinheiros ingleses e dos presos políticos da ditadura do Chile. A aposta de que a água tem memória e de que o oceano contém a história da humanidade fazem do documentário uma voz, que emerge de um botão misterioso descoberto no fundo do mar. (Gusmán, 2015).

das profundezas. Mas o mar, Reino de Iemanjá, cuida, mas não cura (Baptista, 2018). E nessa exposição de feridas incuráveis e de veias abertas (Galeano, 1983), de memórias e vozes, devolve um único corpo: o de Marta Ugarte³, que fora lançada viva ao mar, em condições de pós-tortura, semelhante aos dos seus companheiros e companheiras de resistência. Marta, inexplicavelmente, apesar da deterioração do seu corpo, aparece com os olhos abertos e límpidos, a nos olhar, no preto e branco da fotografia. A olhar a tragédia de um passado vivo, dos indígenas da Patagônia à ditadura militar. A denunciar uma história que não se pode esquecer e a anunciar uma memória que precisa ser construída e reconstruída.

A água dos olhos dos indígenas da Patagônia e nos olhos de Marta, de Santiago, trans-borda. Está no olhar das famílias dos desaparecidos do Chile que buscam fragmentos dos seus corpos no Deserto do Atacama, nas madres da Plaza de Mayo na Argentina, e em outras “mães” nas periferias brasileiras, nos arquivos escondidos dos porões das ditaduras militares e em toda a história colonial antiga e recente da América Latina e da África, de terras e povos conquistados violentamente, na usurpação de corpos, de culturas, de cidades, de vida.

Mas, por que fazer essa viagem de volta, quando a intenção deste artigo é narrar novos cenários urbanos, com recorte nos indesejáveis, em duas cidades brasileiras, mirando a construção de um presente mais tolerável? Porque nos parece ser preciso falar do que trans-borda. E o que ultrapassa as bordas, fazendo borrar as margens dos cenários urbanos, hoje?

³ Marta Ugarte Román, professora membro do Comitê Central do Partido Comunista do Chile, responsável pela pasta da educação no seu partido durante o governo de Salvador Allende. Presa, torturada, dada como desaparecida, assassinada em 1976, foi a primeira vítima confirmada do governo sanguinário de Augusto Pinochet. (Memória Viva, 2023).

É possível que as narrativas sobre os indígenas secularmente exterminados, sobre a escravidão e negros barbaramente torturados, sobre os desaparecidos das ditaduras militares na nossa América Latina, sobre todos os milhões de pessoas que historicamente perderam suas pátrias, suas famílias, suas tradições, suas vidas, choquem a muitos e agucem sentimentos de compaixão e revolta. Mas nosso olhar sobre o presente, sobre populações que estão nas margens, nem sempre produzem a mesma indignação e passam por nós silenciosas e anônimas. Nem mesmo quando temos notícias do extermínio lento e cotidiano dos indígenas yanomami no norte de Roraima e do Amazonas (afinal, não são tão humanos quanto nós!). Nem dos indígenas warao que hoje, miseráveis, compõem uma grande parte da população em situação de rua no Brasil (afinal, são venezuelanos!). E menos ainda sobre a banalização da morte de crianças e jovens pobres e negras, executadas sumariamente nas ruas e favelas brasileiras e latinoamericanas, todos os dias (afinal, são negros!). Nossos olhos e nossos ouvidos se “acostumaram” a esses cenários, a essa tragédia de todo dia, à quase “mesmice” dos noticiários televisivos e das redes sociais sobre essas pessoas, que juntadas a outras, formam a grande categoria dos “indesejáveis da cidade”, corpos “marcados para morrer” em razão da cor da sua pele, do seu território.

Pelos olhos de Marta, somos convocadas a inalar com os olhos o que, em nosso presente, urge em ser contado, narrado, experimentado e pede passagem na banalidade das nossas vidas cotidianas. Estendemos a urgência do olhar, do que resta do corpo torturado, na escrita desse trabalho, articulando o passado ao presente, naquilo que não cessa em nos desacomodar para gritar: ainda que indesejáveis, teimam e resistem.

Olhos acostumados: tudo por nós é visto, mas nada nos toca

Aqui utilizamos a metáfora dos olhos acostumados para costurar uma crítica aos nossos tempos de não-sensibilização com o mundo e, mais especificamente, com os modos de vida circunscritos como indesejáveis na cidade. Como esses olhos se tornam apáticos e desinteressados pelo mundo e pelo outro? Buscamos ressoar essa questão e fazemos isso seguindo as reflexões de Walter Benjamin (1994) sobre a modernidade e o sujeito moderno, àquela época, emergente. Diante do horror que avança com a modernidade, nos tornamos estupefatos, estamos pobres de experiência, pois ela se tornou cada vez mais rara.

Utilizaremos aqui a noção mais essencial do termo, que se refere à dimensão do conhecimento que se acumula através das gerações e se transmite nas histórias, a partir da oralidade, como a “tradição compartilhada por uma comunidade humana, tradição retomada e transformada, em cada geração, na continuidade de uma palavra transmitida de pai para filho” (Gagnebin, 2009, p. 50). A pobreza de experiência denunciada por Benjamin tem múltiplos determinantes, que encontram sua ebulição no fim da primeira grande guerra. O que antes era inconcebível, se materializa nas cidades, na economia e na ética, transformando inteiramente a experiência: a guerra por trincheiras torna o combatente mudo diante da morte que se instala ao lado; a retirada da morte da vida pública, gradualmente levada ao âmbito privado, muda a relação e a lida com a própria morte; a desmoralização da economia através da crescente inflação; a falta de tempo e o trabalho cada vez mais sem significado que consomem a vida progressivamente mais acelerada nas cidades; o desaparecimento da narrativa e a popularização do romance e a difusão do saber da informação (Benjamin, 1994; Bondía, 2002).

Esse tempo veloz, que é o tempo da modernidade, traz consigo uma diferenciação entre o saber da experiência e o saber da informação. Com a celeridade da midiatização das vidas e a era informacional, esses elementos vislumbrados por Benjamin se exacerbam e se intensificam nos dias atuais. Nosso tempo nos exige um estar informado sobre tudo, a todo tempo e, conseqüentemente, ser capaz de proferir uma opinião sobre aquilo do que se é informado. Essa característica da modernidade nos superestimula, sobre-excita. E tudo ocorre numa velocidade que não possibilita nossa vinculação a nada. Logo somos solapados pelo próximo estímulo. Sobrecarregados com informações que dizem muito, mas não nos dizem nada, nada nos toca, nada de fato nos acontece, nada de fato nos comove, apenas conseguimos sustentar e ostentar nossa confessa pobreza de experiência. Depois da informação, vem a opinião, mas nada é por nós experimentado (Bondía, 2002).

Olhos acostumados com a paisagem da cidade, apáticos e desinteressados pelos outros e pelo mundo, são os sintomas da confissão que fazemos cotidianamente: estamos pobres de experiência, dos cansaços desse tempo veloz e de superestimulação, em que tudo é noticiado, mas quase nada nos diz respeito, quase nada se vincula à nossa vida cotidiana. Nos basta saber e poder falar sobre, mas não necessariamente vincular-se àquilo. Diferentemente, o sujeito da experiência é aquele que, com o próprio choque, com o toque, com o alarde do olhar, é interpelado, submetido, receptivo e aceitante ao contato (Bondía, 2002). Como, então, perceber as anestésias e apatias tão comuns em nosso tempo e que insistem em se apoderar de nós? Quais possibilidades, nos dias de hoje, de experimentar, de que algo nos toque na cidade? Como seguir inalando outros mundos com os olhos?

Trans-bordando a capital-cidade-jardim

Capital da primeira infância, é o título que recebe – ou que se autodelega (Prefeitura de Boa Vista, 2022) – a cidade no extremo Norte do Brasil. Boa Vista, capital do estado de Roraima. Na última década, a cidade com traçado urbano planejado em forma radial, semelhante a um leque, com seu conceito de cidade-jardim, concentrou investimentos e planejamento das políticas públicas entorno da Primeira Infância (0-6 anos de idade, segundo os dados da prefeitura), integrando os serviços de saúde, educação, assistência social, comunicação, etc., na direção de cuidar e investir na vida nos primeiros anos. Esses investimentos são refletidos em serviços acerca do acompanhamento do pré-natal, criação de creches e casas mãe, adaptação/adequação de espaços públicos à convivência e uso das crianças, dentre outros. São esses os esforços que conferem à capital-cidade-jardim o título de capital da primeira infância e a visibilidade de exemplo a ser seguido, no Brasil e no mundo, com premiações, titulações. Uma das ramificações dessa estratégia de governo é o programa “Família Que Acolhe”, com dez anos de atuação na cidade. O programa oferta orientações e acompanhamento profissional, visitas domiciliares, os beneficiários recebem enxovais ao final da gravidez, latas de leite – de 1 aos 4 anos de idade –, a garantia de vaga na rede de creches da prefeitura e, como afirma o Estado, “saem de lá com a proposta de um novo conceito sobre o cuidar” (Prefeitura de Boa Vista, s./d.).

Nas campanhas de marketing da capital-cidade-jardim, os sorrisos infantis são posados para a foto de comercial. Os números das estatísticas sustentam o sucesso das estratégias de governo, demonstram o modelo a ser seguido e replicado mundo afora. O público delineado

como prioridade ou objeto das ações dos programas é destacado como:

“filhos de mães de baixa renda, adolescentes, gestantes participantes do Bolsa Família, reeducandas gestantes do sistema penitenciário, famílias que recebem o Bolsa Família, cadastradas no CadÚnico e em vulnerabilidade social, que sejam identificadas pela Secretaria Municipal de Gestão Social” (Prefeitura de Boa Vista, s./d.).

Enquanto a prefeitura celebra os 10 anos do programa, os olhos vagarosamente se desviam da anestesia advinda das rápidas propagandas que tomam toda a cidade. Para além dos anúncios de marketing, folhetos e outdoors, mais às margens do quadro das prioridades do programa, quais as infâncias que não cabem nos números da estatística? Quais infâncias não interessam ao portfólio dos governantes? Que infâncias trans-bordam o modelo exitoso a ser seguido?

A pouco mais de um quilômetro do leque que constitui o Centro Cívico da capital-cidade-jardim, chegamos à Feira do Produtor Rural, que mistura traços de feira livre com aspectos do mercado público, em seus barracões e boxes que setorizam a feira. Está situada no bairro São Vicente, logo ali, vizinho ao Centro, na zona Sul, na esquina entre a BR-174 e a Avenida Glaycon de Paiva. Com inauguração datada de 1993 e um número oficial – mas nada real, se considerarmos os comerciantes ilegais e ambulantes – de 250 barracas que comercializam diariamente, de domingo a domingo, essa feira se configura como a maior do estado em atual funcionamento. A vizinhança com a BR-174 nos ajuda a atinar para o traçado geográfico da cidade e alguns dos processos em curso na feira na atualidade. É essa rodovia que corta todo o Estado de Roraima e liga, diretamente, Manaus, capital do Estado do Amazonas, à fronteira do Brasil com a Venezuela, na cidade de Pacaraima. Logo ali, a menos de 2 quilômetros

da feira e em uma caminhada de 20 minutos a pé, se chega à Superintendência da Polícia Federal em Roraima-PF, local onde imigrantes fazem o pedido de refúgio para permanecer legalmente no Brasil⁴. Ao lado da sede da PF, estão uma série de dispositivos e aparatos institucionais da Operação Acolhida⁵, com postos de triagem de migrantes, centro de sustentabilidade e 5 abrigos emergenciais, sendo um deles específico para indígenas de variadas etnias, para acolhimentos dos venezuelanos que chegam diariamente à Roraima.

A Feira do Produtor Rural se insere, portanto, no centro de um cruzamento bastante estratégico da cidade de Boa Vista, tanto para quem chega da fronteira, quanto para quem quer seguir viagem sentido Sul do Brasil, como também para quem vai ao Centro da cidade. A feira é esse ponto nevrálgico e, especialmente se pensamos nos migrantes venezuelanos, um local de trabalho não regularizado – logo, mais fácil e mais acessível – e de acesso à alimentação mais básica, seja por meio de doações ou do recolhimento de sobras. Mas a migração que se encontra na feira não se restringe aos *hermanos* e *hermanas* venezuelanos⁶. Aqui

também se encontram guianenses vendendo pela feira e trabalhando de forma ambulante, tal como haitianos, em número muito menor, mas também presentes. É aqui, nesse cenário de incessantes disputas, de burburinhos e amálgama cotidiana, que a cidade convoca os nossos olhos às outras infâncias que insistem em se fazerem vivas, apesar de não figurarem nas campanhas publicitárias ou nos números exitosos das estatísticas.

Aqui, se chega a pé, de lotação ou se estaciona o carro no estacionamento caótico da feira. Antes dos olhos, os ouvidos já nos equalizam para o que agora é cotidiano aqui: mistura de línguas, uma feira trilingue, que mistura português, ao espanhol da Venezuela, com o inglês da Guiana. Por vezes, o som alto, outras vezes, a negociação entre os muitos trabalhadores feirantes agora predominantemente venezuelanos que ocupam toda a feira. A Feira do Produtor Rural sonoriza e dá amostras, como que pinçadas, do que se acompanha por toda a cidade-jardim. Nada tão destoante do cenário socioeconômico do urbano por aqui possível de ser experimentado, a feira diz e faz ver sobre a cidade.

Desço do carro⁷, como uma freguesa afortunada por estacionar na parte mais central da feira. Antes dos olhos, é pela pele que a cidade me convocou às outras infâncias. Um leve toque no braço e os olhos encontram uma mão apequenada e retinta. Tem cabeças de alho na mão que me encontra. Os olhos-freguesa, então, são como que convidados ao Outro, a perceber aquele instante. A mão apequenada e retinta é de uma menina, aparenta ter entre 11 ou 12 anos. Na outra mão, segura uma pequena cesta com mais cabeças de alho, al-

4 O estado experimenta os reflexos da crise migratória dos venezuelanos desde 2015. Só nos 3 primeiros meses de 2023, registrou-se mais de 39 mil venezuelanos adentrando o Brasil pela fronteira de Roraima, um número que representa aumento de mais de 20% nas entradas dos imigrantes nessa fronteira com o Brasil (Jornal da Globo, 2023).

5 A Operação Acolhida foi criada em 2018 e consiste numa série de ações institucionais que configuram a resposta humanitária do governo federal brasileiro dada ao grande fluxo migratório dos venezuelanos nas fronteiras entre Brasil e Venezuela. Entre os entes envolvidos estão o governo federal, estados, municípios, as Forças Armadas, o Judiciário, organizações internacionais e mais de 100 organizações da sociedade civil. Dentre as ações, então envolvidos o acolhimento, interiorização – realocação ordenada para outros municípios e estados brasileiros –, controle da fronteira e abrigamentos emergenciais (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, s/d).

6 O estado de Roraima se encontra numa região geográfica de tríplex fronteira, fazendo as limitações e vizinhança do Brasil com a Venezuela e a Guiana, nas cidades de Pacaraima e Bonfim, respectivamente. Essa composição geográfica implica em grande fluxo

transfronteiriço, pessoas que vão e vêm diariamente entre as duas cidades, por vezes, em função de assimetrias no acesso a políticas públicas, seja por relações de trabalho ou acesso à educação e saúde.

7 A descrição que se segue se refere ao trabalho de campo de pesquisa de doutorado da primeira autora. Por isso, é escrita em primeira pessoa.

gumas delas, já embaladas em sacos. Essa menina nada fala, sua boca nada profere. Pela forma cautelosa e submissa que se aproxima e o produto que oferece à venda⁸, lhe confiro o estatuto de estrangeira. Talvez por isso, pela dificuldade linguística da estrangeiridade, a mão apequenada fala com os olhos. Empunha sua cesta com alhos à minha direção, oferecendo-os à venda. A partir da continuidade ou não da comercialização, se segue o contato, mas sem que se profira uma palavra. Esses ritos se repetem por várias feiras, por vários dias de trabalho da menina da mão apequenada e olhos ensurdecadores. Assim acontece a venda silenciosa de alhos.

Se nos distanciamos da capital-cidade-jardim, um pouco mais ao norte do estado, são outras as infâncias que trans-bordam e que nos convidam a outros mundos, além das campanhas publicitárias e do exemplo a ser replicado. A 270 quilômetros de distância da capital e a duas horas de voo, é possível chegar a Terra Indígena Yanomami, uma grande porção territorial fronteiriça, partilhada com o estado do Amazonas e com o país vizinho, a Venezuela. Atualmente, é registrada uma população de mais de 31 mil pessoas vivendo na terra indígena, abarcando desde uma variedade de etnias de povos indígenas isolados dos não-indígenas, assim como os povos Yanomami e Ye'kwana (Terras Indígenas do Brasil, 2023). Os indígenas que habitam essas terras historicamente resistem aos processos de extermínio de suas vidas, seja pela exploração desenfreada de recursos minerais, com a cíclica invasão de garimpeiros que se repete ao longo do tempo, os conflitos de terra que lá ocorrem, ou as crises sanitárias decorrentes da epidemia de malária,

8 Há um antigo e frequente contrabando de alguns gêneros alimentícios da Guiana para o Brasil, dentre eles, o alho. Com frequência, a grande mídia noticia a apreensão de quantidades consideráveis de mercadoria contrabandeada, vinda da Guiana. No Brasil, ponto certo de compra do alho guianense que escapa à fiscalização é a Feira do Produtor Rural.

do novo coronavírus e de fome na região. Resumidas em outras palavras, crises de completo e total abandono dos entes públicos e da proteção dos povos originários. Nos anos do governo Bolsonaro, desastroso e incisivamente genocida com os povos indígenas, assistimos anestesiados à escalada do “campo de extermínio” (Athila; Zacquini, 2021) que se instalou no território dos yanomami, principalmente com o avanço da mineração ilegal mecanizada que se via operando a olho nu e sem que se encontrassem muitas barreiras. Diversas articulações e instituições indígenas e indigenistas denunciaram os fatos estarrecedores e pediram providências para que o futuro de horror que se previa, não se consolidasse. Discursividades abafadas em um Brasil institucionalmente enfraquecido e corrompido, não muito preocupado com a defesa dos vulneráveis àquela época. Portanto, discursividades adiáveis.

Em janeiro de 2023, com a eleição de uma frente democrática em oposição ao bolsonarismo à frente da gestão federal, e a então mudança paradigmática na atenção aos vulneráveis, incluindo a criação de um Ministério dos Povos Indígenas, o governo federal passa a, nos primeiros dias de gestão, monitorar a região. Rumores sobre óbitos de crianças indígenas. Doenças que têm tratamento e poderiam ser tratadas matando dezenas de crianças. Rapidamente, os rumores se confirmaram. Imagens de yanomamis à beira da morte correram o Brasil e o mundo naqueles dias de inauguração de novos começos. “Os corpos emagrecidos, atrofiados e com ventres inflados das crianças repetem o terror das imagens que rodaram o mundo nos anos 1980.” (Athila; Zacquini, 2021, p. 6). A violência genocida se repete e se consolida mais uma vez. Nossos olhos transbordaram o horror de assistir às crianças morrerem, dia após dia. Esfacelados, assistimos. Vimos cada notícia. A tragédia humanitária se instalou, já era prolongadamente e repetidamente

anunciada e prevista. O resgate e a chegada da ajuda humanitária eram e continuam sendo de difícil articulação, exigem grande infraestrutura. Bebês, crianças e mais crianças trazidas à capital-cidade-jardim para acessar serviços hospitalares de saúde, chegaram diariamente ao Hospital Municipal da Criança Santo Antônio. Nem o nome de santo pôde mais intervir. As mortes se acumularam. Evitáveis. Anunciadas. Não nos comoveram o suficiente para que algo pudesse ser feito em tempo hábil: “foram registrados no período de 2019 a 2022 um total de 538 óbitos em menores de 5 anos no território do DSEI Yanomami, sendo 495 óbitos considerados por critérios de evitabilidade (92%)” (Mistério da Saúde, s/d).

Qual a relação desses corpos-infância que se acumulam, mortos, com a capital-cidade-jardim? A capital Boa Vista, mesmo que não tenha a responsabilidade direta pela vigilância e cuidado em saúde da população da Terra Indígena Yanomami, é a capital mais próxima desse território indígena e, conseqüentemente, a cidade que possui a maior e melhor estrutura de saúde para as situações de emergência nos arredores. E se pensamos as infâncias que desimportam à essa cidade que se quer modelo para o mundo no cuidado à primeira infância, é a prefeitura de Boa Vista, a capital da primeira infância, a capital da família que acolhe, que é a responsável pela atenção hospitalar à infância em todo o estado, através do Hospital da Criança Santo Antônio, gerido pela prefeitura, o único hospital infantil em Roraima. Logo, foi esse o hospital responsável por acolher todos os casos graves de subnutrição, malária e conseqüências do contato com a contaminação pelos dejetos do garimpo, chegando a receber, em uma mesma semana, 50 crianças yanomami (G1 RR, 2023), um número considerável para as proporções da população yanomami, da cidade e da própria capacidade do hospital. Qual é a parcela da prefeitura modelo de aco-

lhimento da primeira infância nessas mortes que se acumulam e se amontoam? Por que a vida seguiu muito rapidamente, incólume, sem se deixar arrebatado por essas primeiras infâncias perdidas, evitáveis, mesmo com tantos corpos-infância mortos? Por que o horror dessas mortes não nos toca?

Desde a venda silenciosa do alho aos pequenos corpos atrofiados, famintos e doentes, o que essas infâncias nos dizem sobre essa cidade que se quer modelo para o mundo? Quanto ao comércio do alho, seu exercício silencioso é uma rugosidade na feira, que se faz sempre tão barulhenta, espalhafatosa, gritante, por vezes aos berros. Mais distantes da feira, as crianças yanomamis, trazidas à capital-cidade-jardim como derradeiro recurso – quando em tempo hábil – para lhes oferecer um último sopro de vida, só fazem algum burburinho quando os jornais noticiam suas mortes, sem os holofotes e as produções das campanhas de marketing. Essas existências infantis, como das tantas outras crianças estrangeiras, indígenas, ou simplesmente vulneráveis, que atualmente experimentam da capital-cidade-jardim, são também uma rugosidade nesse investimento estatal pró-infância, são um grito ensurdecido – ainda que eleitas como público do programa no discurso oficial da prefeitura – de horror e de denúncia, de que suas existências são reiteradamente desqualificadas dos circuitos de otimização e homeostase do corpo coletivo, sendo deixadas à própria sorte (Foucault, 1999). Por que essas infâncias não nos comovem?

Quando as margens transbordam por um instante

Estamos agora em Natal, capital do Rio Grande do Norte, no nordeste brasileiro. Cortada pelo Rio Potengi, a capital potiguar é banhada de norte a sul pelo mar, que se encontra com

o rio nas margens do Forte dos Reis Magos. A fortaleza teve o início da sua construção pelos portugueses em 1597, que fincaram ali para sempre, a marca da dominação das terras habitadas pelos Potiguaras, instalados do outro lado do rio. Natal é uma das mais antigas cidades litorâneas brasileiras, mas, apesar de tão antiga, a cidade teve crescimento lento e segregador desde seus primórdios, como o são todas as cidades que crescem desejosas de desenvolvimento, sob a égide do capitalismo.

Em tempos de republicanismo e modernidade, dois grandes planejamentos urbanísticos foram implantados, ambos com ruas e avenidas que formaram uma malha em xadrez, tendência que se popularizou no nordeste brasileiro na transição dos séculos XIX e XX (Silva, 2011), atendendo demandas por uma Natal futurística, moderna e higienista. Aos processos de migração sertão-capital que caracterizaram em grande parte o povoamento da cidade nas décadas anteriores, juntaram-se outras migrações, nacionais e internacionais, aprofundando ainda mais o fosso entre as classes sociais na ocupação do território e espaços urbanos. De um lado, migrantes que se deslocaram como mão de obra sobretudo para a indústria da construção civil que começava a explodir, através da criação de muitos conjuntos habitacionais, a partir dos anos 1970. Outros sertanejos vinham em busca de trabalho e melhor qualidade de vida na capital que crescia, em contraste com a realidade das cidades interiores, castigadas pela seca, pelo desemprego e pela falta de oportunidades. Do outro, imigrantes abastados, desejosos de investir em terras litorâneas, pouco valorizadas e, portanto, facilmente arrendadas, extremamente promissoras, ou em abrir seus negócios na cidade ainda provinciana e com poucas opções de infraestrutura de lazer e consumo de bens e serviços.

A cidade passa por novo reordenamento urbano, que implicou a crescente diferencia-

ção na ocupação do espaço urbano, abalizada pela classe social dos seus habitantes, por quem tinha ou não, direito às áreas nobres e privilegiadas da cidade, aos seus serviços e infraestrutura (Silva, 2011). Atualmente a cidade é dividida em quatro regiões metropolitanas: as zonas leste, oeste e sul na margem direita do Rio Potengi, e a zona norte, na margem esquerda, acessível apenas através de duas pontes, de modo que essa região é quase “outra Natal”, com enorme adensamento populacional, infraestrutura urbana mais precarizada, comércio e moradias populares, poucos serviços e equipamentos públicos.

Ao longo das três últimas décadas do século XX e em pleno século XXI, esse modelo de urbanização intensificou o processo de favelização e o aumento dos índices de violência urbana na cidade. Em 2017, Natal se destacou nacionalmente nos índices de mortes violentas ligadas ao tráfico de drogas e também nas taxas de homicídios entre jovens, mulheres e negros (Silva, 2020). Todos esses processos de empobrecimento, pauperização e segregação, empurrou para as margens empobrecidas grandes contingentes da população, o que também teve impactos sobre o fenômeno da ruralização, que aconteceu em todas as cidades de médio e grande porte no Brasil.

De acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Natalino, 2020), a população em situação de rua cresceu 140% entre 2012 e 2020 no Brasil. Esse contingente aumentou no país inteiro durante a pandemia do novo coronavírus, em função da desocupação crescente causada pelo desaquecimento da economia, acentuando sua vulnerabilidade e exigindo uma maior atuação do poder público no enfrentamento ao problema, voltada à proteção sanitária e assistência social. Hoje a capital potiguar conta com cerca de 1.500 pessoas em situação de rua, conforme censo realizado em 2022, sendo que mais de

30% deste contingente “ficou em situação de rua em decorrência da pandemia”, principalmente devido à perda do trabalho (Governo do Rio Grande do Norte, 2023, p. 39).

Essa conjuntura desastrosa que combinou uma pandemia extremamente letal e a necropolítica da gestão da vida, numa “decisão de matar” (Foucault, 1999) própria do modo fascista de operar o biopoder que caracterizou o governo Bolsonaro, trouxe também novos personagens para as ruas de médio e grande porte no Brasil: mulheres e crianças ou famílias inteiras. Esses novos “indesejáveis” juntaram-se a outros rostos que já vinham imprimindo suas marcas no cenário urbano, a partir dos anos 2000, configurando outro perfil da população em situação de rua em relação às décadas precedentes: além dos desempregados, a população LGBTQIAP+ em sua diversidade, refugiados, pessoas com deficiência, pessoas com transtornos psíquicos decorrentes ou não do uso problemático das drogas, jovens e pessoas antes domiciliadas e não mais institucionalizadas, como antes. Seus dramas específicos e os modos próprios de se relacionar com a cidade têm imprimido singularidades dessa população nos modos de vida urbana.

Em Natal, a maior concentração da população em situação de rua coincide com o abandono progressivo do comércio no centro da cidade, transferido para *shoppings centers* em áreas nobres, o que provocou uma progressiva degradação dessa região, inclusive do patrimônio arquitetônico de muitos edifícios, casas antigas, praças e monumentos. Os muitos imóveis abandonados, tanto públicos quanto privados, que não cumprem sua função social, produzem uma contradição própria do capitalismo: há mais casa sem gente do que gente sem casa. Esses vazios urbanos são frequentemente ocupados por pessoas em situação de rua, tanto individual, quanto coletivamente.

Esse cenário tensiona a relação entre centro e periferia, mostrando o quão impreciso ou inoperante diante de alguns objetos é pensar nessas espacialidades como oposição, uma vez que em alguns casos a ocupação do centro é feita por pessoas, grupos ou populações periféricas, que não têm acesso aos grandes centros comerciais, gastronômicos ou de lazer e circulam, trabalham, “mangueiam” ou vivem em áreas da cidade que do ponto de vista econômico, comercial ou turístico são periféricas, ainda que geograficamente centrais, lembrando-nos que o termo periferia significa o que está à margem, no sentido da exclusão social.

Uma dessas ocupações intermitentes em Natal é o Viaduto do Baldo, que liga dois bairros centrais e antigos, o Alecrim e a Cidade Alta, e que é alvo constante de intervenções do poder público para sua desocupação. Ali viviam artistas de rua, catadores de materiais recicláveis, flanelinhas, andarilhos de passagem pela cidade, pessoas solitárias, mas também muitas famílias, numa ocupação de mais de 30 barracos. No início de 2021, a área foi evacuada pela Prefeitura sob alegações sanitárias de que a aglomeração urbana difundia o contágio do novo coronavírus e se constituía como foco de contaminação. As famílias com filhos e os casais foram deslocados para casas ou apartamentos por meio de um aluguel social a ser pago por cinco meses pela secretaria municipal de assistência social. Contudo, os indivíduos sem família foram despejados truculentamente pela polícia, na surdina de uma madrugada, sem que tivessem tempo de retirar seus pertences que foram confiscados, inclusive documentos, instrumentos de trabalho e de uso pessoal e até mesmo uma cadeira de rodas. Alguns animais de estimação foram mortos, numa violência que marcou com o sangue a terra batida onde estavam os barracos e que afiou ainda mais a dor pontiaguda das perdas irreparáveis, dos que nada tem.

Embora a ação tenha produzido admiração e destaques na mídia por ter acontecido em plena pandemia, deixando muitas pessoas, entre as quais uma com deficiência, totalmente à mercê da própria sorte, num momento em que o lema de combate à pandemia ainda era “fique em casa” e que ações de despejo haviam sido proibidas pela Justiça Federal, fatos como este já havia acontecido inúmeras vezes em anos anteriores, sem grandes repercussões diante de olhares acostumados à violência e anestesiados à mesmice das dores alheias.

As pessoas que não foram alocadas nos aluguéis sociais e que não encontraram vagas no abrigo público ou não quiseram para lá ir pois não queriam se submeter ao que chamam de “regime semiaberto”, passaram a ocupar um canteiro estreito na frente do viaduto, onde construíram seus barracos improvisados e frágeis, em situação ainda mais precária. Pareciam dizer com isso, que tantas vezes a área seja evacuada, tantas vezes será reocupada em ato de resistência das pessoas que ali se protegem como podem, habitando carcaças de sucata que se transformam em lugar “seguro” para dormir. Naquele espaço a que chamavam “Meu Baldo, minha vida”⁹, podiam plantar, cozinhar, criar animais, descansar e se abastecer para a lida diária. Agora, apenas se amontoam sob plásticos, lonas ou papelão. Aqui evocamos a “teimosia” como categoria política, como ação concreta e ativa, que garante a permanência das pessoas nas áreas que ocupam, apesar dos constantes despejos, como aconteceu nos bairros de Brasília Teimosa, em Recife e em Natal, na década de 1960, e que trazem nos seus nomes a evidência de que teimar é fazer história.

9 Alusão ao programa habitacional “Minha casa, minha vida”, do governo federal, implantado na 2ª gestão de Lula da Silva, em 2009, responsável pela oferta de subsídios e redução na taxa de juros para aquisição de moradias populares (Ministério das Cidades, 2023).

O despejo da ocupação do Viaduto do Baldo foi uma medida que suscitou várias ações políticas do Movimento da População de Rua local. Criado em 2005, em decorrência do chamado Massacre da Sé, em São Paulo, que consistiu na execução de 7 moradores de rua pela polícia enquanto dormiam, o Movimento da Pop Rua (como é chamado pelos seus militantes e apoiadores) chegou a Natal em 2012 e desde então tem feito inúmeros enfrentamentos junto ao poder público voltados aos seus direitos, garantidos pela existência de uma política pública para esta população (Brasil, 2009). Entre essas ações, destacamos a do dia 19 de agosto, celebrado como o Dia Nacional de Luta e Luto, que acontece anualmente em todos os estados brasileiros, onde o Movimento está presente, em memória ao Massacre da Sé.

Em Natal, em 2021, a manifestação ocorreu em frente ao prédio da Prefeitura Municipal, no centro da cidade, que se localiza numa esquina entre duas avenidas, vias de grande circulação. Reuniu cerca de 100 participantes entre pessoas em situação de rua, militantes, apoiadores, políticos locais e outros movimentos sociais. Teve como pauta a situação de risco e vulnerabilidade dessa população na pandemia, com foco na garantia da continuidade dos aluguéis sociais que estavam praticamente vencidos, a ampliação de vagas nas instituições de acolhimento e a campanha de vacinação contra a covid-19. As mulheres presentes tinham urgência de dar vazão à dor que as trazia ali: o medo de perderem seus filhos para o Estado, pois muitas viram companheiras da rua sofrerem a destituição do poder familiar de mulheres, sob alegação de que a drogadição e os possíveis transtornos mentais são riscos para seus filhos, pois as levam à negligência e descuido com as crianças e consigo mesmas, impossibilitando-as de exercerem a maternidade. O discurso judicial para o “sequestro” dessas crianças pelo Estado, impreg-

nado de forte apelo moral e criminalização das mulheres, justificado na prioridade de proteger as crianças e dar-lhes condições de uma vida digna, inverte a condição de abandono para as mães, agora órfãs dos seus filhos (Moreira, 2021).

A fala do coordenador local do movimento historiou os fatos referentes à ocupação e a ação truculenta da polícia no despejo do Viaduto do Baldo, a negligência, o descompromisso e a política de descaso e genocídio dos gestores municipais locais, fazendo eco ao Governo Federal de então. Segue lendo um cordel em que homenageia os mortos do Massacre da Sé, mas interrompe sua fala para anunciar a chegada do batuque de tambores “Fora Bolsonaro”, que irrompe pelas ruas atrapalhando o trânsito. Cerca de dez crianças, na maioria filhas de mulheres solo que estão nos aluguéis sociais, também participam do ato. Algumas brincam deitadas sobre a bandeira do Movimento estendida no chão, outras circulam inquietas, as menores permanecem no colo de suas mães ou pais ou ficam sentadas em carrinhos de bebê, observando, inalando com olhos atentos os movimentos, os barulhos, as falas, os gestos que trazem novidades ao seu cotidiano.

Outras pessoas também fazem uso da palavra: uma liderança feminina fala da situação das mulheres e da luta pelo aluguel social, do desemprego e da angústia das mães, referendando o medo de voltarem para as ruas e perderem suas crianças que certamente seriam institucionalizadas pelo poder público. Outra mulher toma o microfone e grita: “cadê o prefeito que não vem aqui falar com a gente? Desça aqui, prefeito, escute a gente, fale alguma coisa, nem que seja pra mentir!”. O homem que usa cadeira de rodas, que conseguiu recuperá-la, dá seu depoimento, trazendo no pescoço um terço católico e uma guia de Ogun a quem pede proteção. Uma trevesti fala da sua con-

dição “de já ter nascido assim diferente e de ser merecedora de respeito como todo mundo, ter casa, trabalho, amor e tudo”. As falas são intercaladas por outros cordéis, músicas e poesias de pessoas em situação de rua que querem se apresentar ou que são convidadas a fazê-lo, pelo seu já reconhecido talento. Cinco representantes de partidos de esquerda, o movimento negro e ativistas de direitos humanos se manifestam a favor das reivindicações pela vacinação e moradia. O ato é encerrado com uma encenação do Teatro do Oprimido que conta a história do despejo do Viaduto do Baldo.

O ato público se dá por uma gestualidade que se torna política, feita por corpos precários, que ecoam das margens com as marcas da exclusão e deixam marcas na cidade: os servidores do poder executivo municipal que são obrigados a ouvi-los, com a Guarda Municipal a postos; nas pessoas que passam apressadas, que param ou não, que ouvem ou não, mas que são constrangidas a registrar sua presença no momento em que se deparam com um evento totalmente novo, extra-ordinário e inesperado na cena urbana, protagonizados pelos indesejáveis da cidade.

Quinze minutos depois já não há vestígios do acontecimento, salvo pela presença do papelão usado na encenação do teatro que ficou por ali esquecido. Como afirma Agier (2015), a publicização desses atos tira momentaneamente da invisibilidade seus protagonistas, impõe sua existência, sua presença no mundo e na cidade, uma tomada do espaço, tanto quanto da palavra. Do ponto de vista dos seus participantes, as pessoas possuindo ou não vínculos anteriores entre si, interação e compartilham suas preocupações, suas experiências, seus desejos, sua revolta, sua arte de viver e de se reinventar. Transformam-se em uma “comunidade do instante” (Agier, 2015), uma comunidade efêmera, produzida em um

momento ritual, sem que seja evocada uma identidade. Naquele momento as pessoas, mesmo desconhecidas se reconhecem, se sentem próximas e ligadas, ocupam um lugar de passagem que trans-borda e nessa ultrapassagem das bordas fazem borrar as margens dos cenários urbanos instituídos.

Dois anos depois, em 2023, noutra Dia de Luta e de Luto, quatro desses protagonistas haviam morrido: o homem que usava cadeira de rodas, atropelado enquanto atravessava o Viaduto do Baldo, numa faixa de pedestres; o jovem psicólogo paulista que deixou tudo, tornou-se andarilho e estava há mais de cinco anos vivendo no Baldo, por infarto; um pai e seu filho, por doenças tratáveis, mas sem assistência. Os indesejáveis se tornam definitivamente banidos.

Tornando o Outro indesejável, as vidas precárias

Na análise dos planos estratégico e hegemônico das tramas do poder na atualidade, experimentamos as formas de governo chamadas por Michel Foucault (1999) de biopoder ou biopolítica. Em seus dispositivos, que se aglutinam às estratégias do poder disciplinar – ou uma anátomo-política, com centralidade no corpo individualizado, na vigilância, treinamento e punição dos corpos para a obtenção de um modelo ideal, ordenado ou perfeito (Foucault, 1999) –, passa-se a investir na vida tomada enquanto espécie e a regular uma série de processos e fenômenos inerentes à espécie humana, a fim de acompanhar e intervir na distribuição estatística desses eventos na população. A incrementação da vida, por um lado, traz consigo o contraponto da defesa da sociedade. É com base na tese da necessidade de proteger a segurança da população de uma série de eventos aleatórios e de risco, que são autorizadas intervenções a fim de diminuir a frequência na ocorrência dos

“indesejáveis”. Tudo com vistas à obtenção de um ponto ótimo. Os desdobramentos nefastos de tais intervenções são a inserção de um corte na vida, uma fragmentação entre as vidas que deverão viver e aquelas que deverão morrer, os corpos que terão a vida investida, otimizada e representada e as subdivisões, as raças que serão deixadas para morrer e, em alguma medida, que terão suas mortes promovidas.

Quais são essas vidas que não evocam a otimização da espécie e que são deixadas a morrer? O que lhes qualifica – ou desqualifica – à morte? Foucault (1997) já nos adiantava que cada época elege ou faz emergir os seus regimes de visibilidades e enunciação, toda uma rede discursiva de prescrições. Consequentemente, cada tempo histórico faz ver e falar os modos de vida dignos de se perpetuarem, de se subjetivarem. É, portanto, na esteira da discursividade que se instauram os regimes de reconhecimento da precariedade das vidas. É pela construção discursiva que uma época elege quais vidas vai reconhecer como precárias e quais delas vai proteger – e se pensamos nas bordas das cidades que percorremos, quais delas vão nos comover, quais delas partilharão do conceito de cuidar do Estado, quais serão lembradas ou dignificadas à história. Segundo Judith Butler (2011), a contemporaneidade tem operado, através da discursividade e dos regimes de representação, a desfiguração dos rostos e dos corpos a fim de desumanizá-los, de retirar deles sua condição de humanos. Os processos de humanização e desumanização, se relacionam diretamente com a representação do rosto e, necessariamente, precisam remeter a uma discursividade, pois “para o rosto operar enquanto rosto, ele deve vocalizar ou ser entendido como resultado de uma voz.” (Butler, 2011, p. 24).

A partir disso, a alteridade, o reconhecimento do outro e, talvez o mais basilar para as visibilidades que estamos aqui inalando, a

humanização do outro repousa na possibilidade da representação discursiva, na discursividade, em vocalizar, fazer ressoar pela palavra a existência. Butler (2011) salienta que o termo “rostos” é utilizado enquanto uma catacrese e faz referência a todo o corpo e aos próprios deslocamentos dele; logo, às suas expressões, às vocalizações, à própria voz, aos berros, aos gritos agonizantes. Responder ao rosto do outro, reconhecê-lo, é o que a autora aponta como a possibilidade de perceber, não só no outro, mas em nossa própria existência, a condição de precariedade e vulnerabilidade das nossas vidas.

Em contextos de violência e vulnerabilidade, os contornos da representação discursiva se tornam mais perversos, pois quanto menos autorrepresentação, quanto menores as condições de relatar a si mesmo, maiores são os riscos de serem desfigurados de sua humanidade e da precariedade de suas vidas, maiores as chances de serem representados ou vistos como menos humanos ou de não serem ao menos vistos. Corpos sem representação são corpos desfigurados de sua humanidade, corpos sem rosto, sem voz. Assim, sua condição de humanidade e a capacidade de nos identificarmos com essas vidas é anulada. Consequentemente, estabelecem esquemas normativos entre “aquilo que será e não será humano, o que será uma vida habitável, o que será uma morte passível de ser lamentada” (Butler, 2011, p. 28). Os quadros midiáticos que retratam essas vidas lhes representam como a forma, a própria personificação do mal e aqui repousa a condição para a violência. Vidas apagadas em sua humanidade, retiradas as suas formas de autorrepresentação e colocadas no lugar da inacessibilidade, da incapacidade de identificação dos outros com elas. Os quadros de vulnerabilidade, os quadros de guerra que lhes emolduram e as mais variadas violências que lhes açoitam são assim justificadas. Apagadas,

silenciadas, oclusas da viabilidade de representar a si em outro quadro que exponha e escancare a sua humanidade e, assim, permita a percepção da precariedade, o reconhecimento ético do rosto e a consequente identificação com essas vidas.

Porém, ainda existe um segundo regime de funcionamento dos esquemas normativos. Se, inicialmente, operam desfigurando o rosto ao ponto de alocá-lo especificamente como o mal que justifica a violência que se materializa, como um inumano, noutra via, opera pelo apagamento radical. Esse apagamento ocorre pela discursividade, pela mídia ou notícia que não fornecerem nenhuma imagem sequer, nenhuma narrativa, sem rosto, sem nome, sem passado e sem história. Não há violência, não há morte a ser chorada porque sequer houve vida, sequer houve reconhecimento do outro enquanto humano. Um apagamento radical. Em ambos os funcionamentos, há a produção discursiva de esquemas, de enquadramentos, de formas de dizer sobre o mundo que normatizam as existências que são indesejáveis, as vidas não dignificadas ao estatuto de humanidade e, portanto, as vidas que são matáveis e que, mesmo depois de mortas, não são dignas, novamente, do discurso. Não comovem, não são choradas, são indignas da sua própria história: “Assim, há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há ‘vidas’ que dificilmente - ou, melhor dizendo, nunca - são reconhecidas como vidas” (Butler, 2009, p. 17). A possibilidade de ser chorada a perda, de causar comoção, de ser enlutada a morte é pressuposto para uma vida importar e fazer aparecer o seu valor.

Inalar os olhos, dar a palavra, narrar o presente, render o passado

Diante das produções massivas da mídia, com o esgotamento dos nossos corpos estafados

do excesso de informação, mas quase nada de experiência, num mundo que exige de nós cada vez mais velocidade e nos insensibiliza para qualquer outro movimento que transpasse nossa reprodução incólume de individualidades, o que nos resta? É preciso ter atenção para ponderar que não há esquema normativo unificado ou total. Não há enquadramento preciso e calibrado o suficiente para domar em totalidade a pluralidade e a imprevisibilidade da vida (Butler, 2009; 2011). Algo sempre escapa aos regimes de dominação das existências, algo sempre vaza, escorre, trans-borda, contamina e torna falível a normatização dos modos de vida e factível o burburinho de outras histórias. Podemos elencar as cenas dos encontros com a história e com a cidade até aqui narradas como esses escapes, como o estremecer dos enquadramentos dessas vidas.

É pelo rasteiro e residual, pelos buracos nas linhas da história dita oficial, que Benjamin (1994) nomeia como historicismo, que se torna possível construir um outro tipo de história. Nessas aberturas vislumbradas, como rachaduras na história que se autoriza à glória, repousa a tentativa de reparação com as histórias menores, rasteiras, fazendo com que sejam contadas por outras vias. O historicismo é essa parte ou lacuna da história contada pela perspectiva dos vencedores, a partir daqueles que vencem uma batalha, ou mesmo a guerra toda e, assim, são autorizados a escreverem a história positivista. Na contramão dessa história que se quer unívoca, Walter Benjamin propõe a construção artesanal de uma outra história, uma história menor, uma história residual, mas que se coloca à serviço da luta dos oprimidos, fazendo ressoar, em múltiplas vozes, os tantos gritos silenciados dos vencidos e deixar descansar os mortos sem vez.

Essa é a crença do autor sobre o que a história deveria fazer movimentar. Aqui Benjamin (1994) propõe uma atenção ao tempo, mas não

ao progresso linear, e sim uma orientação ao passado que se desdobra em um cuidado ao presente, assim se poderia não despretensiosamente descrever o passado, mas articulá-lo ao agora e nisso repousa a condição para a redenção. A proposição dessa outra história faz a responsabilidade do historiador emanar da ética e da política: “ele [historiador] precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados” (Gagnebin, 2009, p. 47). Na história menor, a rememoração, o ato de narrar e a urgência em render se articulam no agora, em um trabalho artesanal que assimila e indissocia o ato e a fala humanos, a criatividade narrativa e a inventividade prática, principalmente na direção da luta contínua contra o esquecimento da barbárie que experimentamos no passado e que segue nos convocando e nos tocando no presente.

Não por acaso, se trata de uma história menor, que não se percorre pelos grandes feitos, mas consiste em um trabalho mais humilde e sem os holofotes dos heróis do historicismo. Assim também é a figura do narrador, nada heroico, que se volta aos cacos, ruínas e migalhas daquilo que se perdeu da tradição e se põe a narrar a experiência. A narração é essa ferramenta artesanal de transmissão das experiências, da tradição compartilhada, de fazer emergir as histórias polimorfos (Benjamin, 1994). Narrar é compor mosaico com os cacos, trapos e fragmentos dos muitos e muitas que se espalham pela cidade, é pela coletividade que se narra, em polifonias, com direção a um agora mais tolerável (Gagnebin, 2009).

Inalar com os olhos para (não) concluir

Voltemos ao mar, de onde partimos. Assim encontramos os restos do corpo torturado de Marta Ugarte, lançada ao mar. Seus olhos,

abertos, límpidos, nos convocam a nos agarrar a esse rastro da deterioração e, de alguma forma, narrar o horror que ainda nos chega, que não se apazigua e que não se deixa acabar. O resto de seu rosto, no preto e branco da fotografia, mas principalmente no límpido de seus olhos, ainda faz ver o nosso dever de responder ao outro, ainda nos responsabiliza pelo passado que não cessa em agonizar. Chegamos em Marta pelo olhar. Ela nos convoca com seus olhos a fazer vaziar, fazer tremer as molduras de qualquer enquadre que coloque tempos de tortura e ditadura em um passado bem-resolvido e apaziguado. Nos convoca às tantas outras vidas residuais, igualmente mortas, perversamente torturadas e que também ainda ressoam no hoje. O que a tortura nos diz sobre o nosso agora? Por que não cessamos em varrer os restos dessa história para debaixo do tapete?

Da mesma forma também nos chegam as infâncias fora do circuito midiático do Estado que se quer premiado e modelo a ser replicado. Essas infâncias, mesmo que através do horror dos seus corpos mortos, clamam pela discursividade, por dizerem sobre si, por gritarem para que suas vidas tenham um rosto, um nome, uma voz. A produção dos indesejáveis, o corte entre aqueles que terão as vidas promovidas e as vidas ceifadas, seu aniquilamento e a consequente midiaticização dessas produções são por nós inalados nas esquinas da cidade. E assim somos convocados a operar também os buracos para que essas visibilidades emergjam, para que esses enquadramentos dessas vidas, ainda que mortas, tremam, abalem, e alguma outra coisa seja possível de ser narrada sobre essas vidas.

É a vida mesma que trans-borda pedindo passagem, vidas precárias que por um instante e sem que nada politicamente se acumule na efemeridade, seja no toque para a venda do alho, ou nas falas intempestivas de roubos de

microfones, se fazem ouvidas e vistas, provocam o constrangimento do desacostumar-se ao costume, de quem por ali apenas passa, na pressa dos seus afazeres. Talvez muitos olhem sem ver, mas talvez se sintam incomodados, obrigados a inalar com os olhos, gestos, movimentos dos corpos, cheiros de suor e de falta de banho, a fome expressa nos corpos magros, que se desviam e gíngam na alegria de um momento que rapidamente, passa. resistência do instante se impôs: “sendo a vez, sendo a hora, entende, atende, toma, teima, avança, peleja e faz” (Guimarães Rosa, 1957).

Referências

- AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, 21, p. 483-498, 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483>
- ATHILA, Adriana; ZACQUINI Carlos. Yanomamis revivem ameaça de extermínio com garimpo e omissão governamental. Folha de S. Paulo, São Paulo, 4 dez. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/12/yanomamis-revivem-ameaca-de-extermínio-com-garimpo-e-omissão-governamental.shtml>. Acesso em: 05/10/2023.
- BAPTISTA, Luís Antônio dos Santos. Cartas Imperpentes. Agonística de uma escrita sobre o intolerável. **TransVersos**, 12, 2018. DOI <https://doi.org/10.12957/transversos.2018.33712>
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura** (Obras Escolhidas v. 1). 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, n. 19, p. 20-28, 2002. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>
- BRASIL. Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009 - Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. **Diário Oficial da União**, p. 16, 29 dez. 2009.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, n. 1, p. 13-33, 2011. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/3>. Acesso em: 13/09/2024.

CARTA Capital. Congresso analisa veto de Lula ao Marco Temporal nesta quinta. **Carta Capital**, 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/congresso-analisa-veto-de-lula-ao-marco-temporal-nesta-quinta/>. Acesso em: 15/11/2023.

FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

G1 RR. 50 crianças yanomami estão internadas no único hospital infantil de RR; 4 com desnutrição grave estão na UTI. **G1 Roraima**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/02/06/50-criancas-yanomami-estao-internadas-no-unico-hospital-infantil-de-rr-4-com-desnutricao-grave-estao-na-uti.ghml>. Acesso em: 30/09/2023.

GOVERNO do Estado do Rio Grande Do Norte. **Pro-moção dos direitos da população em situação de rua**: diagnóstico e intervenção nos caminhos de inovação no Sistema único de Assistência Social. Natal: FAPERN, 2023.

GUSMÁN, Patricio. **El Botón de Nácar** [filme]. 2015. Disponível em: https://www.documaniatv.com/social/el-boton-de-nacar-video_4f2cb6f2b.html. Acesso em: 12/10/2023.

JORNAL da Globo. Número de venezuelanos entrando no Brasil por Roraima aumenta 23,40% no 1º trimestre do ano, diz Casa Civil. **Jornal da Globo**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal->

[da-globo/noticia/2023/06/27/numero-de-venezuelanos-entrando-no-brasil-por-roraima-aumenta-2340percent-no-1o-trimestre-do-ano-diz-casa-civil.ghml](https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2023/06/27/numero-de-venezuelanos-entrando-no-brasil-por-roraima-aumenta-2340percent-no-1o-trimestre-do-ano-diz-casa-civil.ghml). Acesso em: 29/09/2023.

MINISTÉRIO das Cidades. Conheça o Programa Minha Casa, Minha Vida. **Ministério das Cidades, Governo do Brasil**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/conheca-o-programa-minha-casa-minha-vida> Acesso em: 30/09/2023.

MINISTÉRIO da Saúde. Centro de Operações de Emergência em Saúde, COE Yanomami. **Ministério da Saúde, Governo do Brasil**, Brasília. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias/coes/coe-yanomami>. Acesso em: 30 set. 2023.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Operação Acolhida. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Governo do Brasil**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>. Acesso em: 30/09/2023.

MOREIRA, Tabita Aija Silva. **Maternidade em situação de rua e a suspensão ou perda do poder familiar**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil** (setembro de 2012 a março de 2020). Nota n. 73. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 10/10/2023.

PREFEITURA de Boa Vista. Família que Acolhe. **Prefeitura de Boa Vista: Canal do Cidadão**, Boa Vista, 16. s/d. Disponível em: <https://boavista.rr.gov.br/noticias/2022/5/capital-da-primeira-infancia-politica-publica-voltada-para-criancas-coloca-boavista-como-modelo-para-o-pais-em-acoes-de-promocao-do-desenvolvimento-infantil>. Acesso em: 28 set. 2023.

PREFEITURA de Boa Vista. Capital da Primeira Infância. **Prefeitura de Boa Vista: Notícias**, Boa Vista, 16. 2022. Disponível em: <https://boavista.rr.gov.br/noticias/2022/5/capital-da-primeira-infancia-politica-publica-voltada-para-criancas-coloca-boavista-como-modelo-para-o-pais-em-aco-es-de-promocao-do-desenvolvimento-infantil>. Acesso em: 28 set. 2023.

ROSA, João Guimarães. **Ave, palavra**. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

SILVA, Andria Carla Araujo da. **A construção e estruturação do território comercial no bairro Alecrim Natal/RN**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

SILVA, Monique Pfeifer Rodrigues. **Sufrimento ético-político no cotidiano de trabalhadoras comerciais da zona sul de Natal-RN**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

TERRAS indígenas do Brasil. Terra Indígena Yanomami. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4016>. Acesso em: 30/09/2023.

UGARTE ROMÁN, Marta Lidia. **Memória viva**. Disponível em: <https://memoriaviva.com/nuevaweb/ejecutados-politicos/ejecutados-politicos-u/ugarte-roman-marta-lidia/>. Acesso em: 12 out. 2023.

Recebido em: 20/11/2023

Revisado em: 10/09/2024

Aprovado em: 24/09/2024

Publicado em: 10/10/2024

Marina Luiza Pereira Guimarães é Mestre e Doutoranda em Psicologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atua como pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Política, Produção de Subjetividades e Práticas de Resistência (GENTILEZA-UFRN) na mesma instituição. *E-mail*: marina.luiza@hotmail.com

Maria Teresa Nobre é Doutora em Sociologia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFRN). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Política, Produção de Subjetividades e Práticas de Resistência (GENTILEZA-UFRN) e do GT “Políticas de Subjetivação e Invenção do Cotidiano” da ANPEPP. *E-mail*: tlnobre@hotmail.com